

---

MESQUITA, 04 de abril de 2024.

**OFÍCIO N° 063/2024/MESQUITAPREV**

**Ref.: Ofício PRS/SSE/CGC 5524/2024**

**Processo TCE/RJ 222603-2/22**

Origem: INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV

Natureza: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2021

Prezado senhor,

Em atendimento ao Ofício supra referenciado, prestamos os devidos ESCLARECIMENTOS com os DOCUMENTOS SOLICITADOS, requerendo, desde já o seu processamento.

Colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos adicionais e renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Cátia da Silva Ferraz  
DIRETORA PRESIDENTE  
Matricula 80/003

OFÍCIO Nº 063/2024/ MESQUITAPREV

Mesquita, 04 de abril de 2024.

Processo TCE/RJ 222603-2/2022  
Ref.: Ofício PRS/SSE/CGC 5524/2024

Exmo. Sr. Conselheiro,

**CÁTIA DA SILVA FERRAZ**, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, em resposta a COMUNICAÇÃO encaminhada por meio do Ofício em epígrafe, perante este Colendo Tribunal de Contas, apresentar os seguintes documentos/esclarecimentos, na forma abaixo exposta.

#### DA TEMPESTIVIDADE

Recebida a comunicação do Ofício supracitado por meio do Sistema de Comunicação Digital – SICODI no dia 25 de março do ano 2024, sendo, portanto, a presente **RESPOSTA tempestiva**.

#### BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Trata o presente processo da Prestação de Contas Anual relativa ao exercício de 2021, onde essa Corte sugeriu EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO, previsto no inciso I do Art 15 do RITCERJ, aprovado pela Deliberação TCE nº 338/23, solicitando informações e documentos complementares, que seguem abaixo.

Para que tenhamos uma resposta mais organizada lançaremos abaixo as solicitações como forma de demonstrar o atendimento integral, uma a uma:

## ESCLARECIMENTOS

**1.1** Quanto ao saldo do exercício anterior, R\$ 148.902.243,35 evidenciando no Balanço Financeiro do exercício 2021, diverge do saldo registrado R\$148.930.443,07, no Balanço Financeiro do exercício 2020 do processo TCE-RJ nº 221.506-9/21.

ESCLARECIMENTOS: Em consulta ao sistema, **não se verificou a diferença apontada. Os saldos das disponibilidades do exercício anterior e saldo registrado em 2021, se equiparam corretamente, conforme se observa nos Demonstrativos contábeis que seguem anexos.**

Solicitamos assim o acolhimento do entendimento do Tribunal pela regularidade, reiterando que o mesmo foi corrigido.

**1.2** Esclarecer quanto às providências para regularização dos Débitos originados em exercícios anteriores, no montante R\$ 24.475.597,79.

ESCLARECIMENTOS Não há registro no Balanço do exercício em análise da inscrição deste valor, conforme se verifica no Balanço ora anexado e remetido à Egrégia Corte no ato do envio da PCA. Todavia, é importante informar que a atual gestão, que **assumiu em 2021**, vem diligenciando para sanear todas as pendências de exercícios anteriores. Nesta esteira, tomou ciência pelo setor contábil e Administrativo acerca da ausência de baixa de valores que saíram das contas deste Instituto para fins de pagamento de RST, restituição de auxílio doença, auxílio maternidade, gratificações temporárias que não compunham o cálculo dos proventos. Estes valores teriam sido, equivocadamente, contabilizados pela responsável, sob a rubrica “débitos de exercícios anteriores”, constando no sistema como “saldos pendentes de correções”, conforme demonstra documento anexo.

Imediatamente, a atual gestora ordenou que fosse feito um levantamento pelo Gerente Contábil relativos a processos de pagamentos sem o devido registro contábil tendo sido apurado o total de R\$ 22.692.409,55, valor este que aproxima-se da quantia expressiva apontada, cuja diferença provavelmente decorra de conciliação bancária que está sendo verificada.

Assim, a atual gestão não está inerte e vem diligenciando para sanear as pendências de exercícios anteriores. Esclarece, por fim, que a apuração, correto registro e respectiva baixa está sendo criteriosamente providenciado. Para este resultado, foram localizados os Processos administrativos nº 05/8669/2019; 05/9644/2019; 07/11328/2019; 10/15314/2019; 11/17352/2019; 11/16449/2019;

01/690/2020; 09/13839/2019; 02/3686/2020; 04/5421/2020; 04/5614/2020; 07/6956/2020; 09/11307/2018 (vol I; 09/11307/2018 (vol II); 09/11307/2018 (vol III):

Assim, reitero que as saídas sem o correto registro contábil ocorreram em gestão anterior à desta signatária que comprova, neste ato, que vem tomando as medidas eficazes para sanear o ajuste contábil não efetuado à época própria.

**1.3** Apresentar esclarecimentos quanto às providências adotadas no que concerne às divergências apuradas entre os saldos apresentados pelo Tesouraria e os saldos constantes na contabilidade, anteriores ao exercício de 2021 mencionadas pelo Responsável pelo Setor contábil em seu Relatório (esclarecer quanto à natureza das diferenças, bem quanto a sua regularização);

ESCLARECIMENTOS: A divergência é relativa a conta 20.793 – 4 (114110904000040) – UM MARLIM DIVIDENDOS FIA. A conta em questão não se apresentava no relatório da Tesouraria devido a um erro em seu cadastro e após análise do presente verificou-se que no final daquele exercício, a divergência já tinha sido saneada, não havendo mais divergência entre os saldos. Assim, COMPROVA neste ato que já foi regularizada a Determinação, conforme comprova documento anexo.

**1.4.** Quanto às seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício, verificadas entre o Anexo 10 e o Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:

Contribuição	Anexo 10	Modelo 34	Diferença
Patronal	8.117.720,30	9.463.820,21	-1.346.099,91
Servidor	7.415.393,50	5.936.498,00	1.478.895,50

ESCLARECIMENTOS: após análise, foi verificado que não há qualquer diferença a ser recolhida, haja vista o efetivo repasse integral do valor devido. Eventual diferença à época do envio das contas foi corrigido subsequentemente. Seguem modelos retificados. Solicitamos assim o acolhimento do entendimento do Tribunal pela regularidade, reiterando que **o mesmo foi corrigido**.

**1.5** Quanto a quitação pelo valor original, **R\$ 2.739.595,25**, referente à contribuição patronal, retido e não repassado ao RPPS efetuada no exercício de 2022 contrariando o disposto no art. 90 da Lei Municipal nº 906/15;

ESCLARECIMENTO: A par disso, informo que o valor foi **INTEGRALMENTE QUITADO, conforme comprova o extrato bancário em anexo**, razão pela qual deve ser considerada cumprida esta Determinação.

**1.6** Quanto a divergência dos valores registrados das contribuições dos **servidores e patronal** (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício evidenciados no Modelo 36 da Del. TCE-RJ nº 277/17, com montantes registrados respectivamente, no Demonstrativo da Dívida Flutuante e Anexo 11, conforme a seguir demonstrado:

CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR	VALOR REGISTRADO (R\$)
MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17	19.339,67
ANEXO 17 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64	7.218,76

CONTRIBUIÇÃO DO PATRONAL	VALOR REGISTRADO (R\$)
MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17	39.367,87
ANEXO 11 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64	20.558,46

ESCLARECIMENTOS: A diferença apontada explica-se pelo lançamento em diferentes competências. Após análise constatou-se que eventual divergência de valores registrados quando do envio das Contas **já foram saneadas**, conforme comprovam modelos anexos.

## CONCLUSÃO

Desta forma, atendidos **INTEGRALMENTE** os esclarecimentos e remetidos os documentos pertinentes, comprovando as diligências saneadoras de um a gestão pautada na legalidade, transparência e sustentabilidade deste RPPS, REQUEIRO, assim, o acolhimento das informações e consequente **REGULARIDADE das contas**.

Na hipótese da Egrégia Corte considerar que alguma informação foi insuficiente, seja-nos comunicado e concedido prazo para complementá-las, por ser medida da mais lúdima e salutar justiça.

Mesquita, 04 de abril de 2024.

Cátia da Silva Ferraz  
Diretora Presidente  
Matricula 80.003